



RESULTADO DA AGENDA DA CÂMARA - 28 DE ABRIL À 30 DE ABRIL

Resultado da Agenda Legislativa

De 28/04/2025 até 30/04/2025

Câmara Dos Deputados

28/04/2025 - segunda-feira

18:03 PLEN - Plenário
[Sessão Deliberativa](#)
Local Plenário da Câmara dos Deputados Status Encerrada
Objetivo
Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)
Proposições em pauta



RESULTADO DA AGENDA DA CÂMARA - 28 DE ABRIL À 30 DE ABRIL

Ordem: 1

CD PL 3469/2024 - (URGENTE)

Autor(a): José Guimarães (PT/CE)

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Despachos: CVT -> CREDN -> CCJC -> CMADS -> PLEN

Atual Relator(a): Nilton Totto (PT/SP)

Parecer

Leitura realizada em Plenário pelo Dep. Carlos Zarattini (PT-SP) do parecer do Relator pela: • Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, na forma do Substitutivo adotado pelo relator da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. • Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, na forma do Substitutivo apresentado. • Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, e do Substitutivo adotado pelo relator da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

ORIENTAÇÃO FPA

CONTRÁRIA COM RESSALVAS []

ARGUMENTAÇÃO

Apesar de reconhecermos a relevância da matéria e sermos favoráveis ao texto original, o **substitutivo apresentado traz alterações que comprometem a segurança jurídica e a eficiência da regularização ambiental, prejudicando diretamente a produção agropecuária. Nossa principal preocupação recai sobre a inclusão do art. 18, que veda a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em casos de desmatamento não licenciado, mesmo para áreas cuja abertura seria permitida pela legislação. Trata-se de uma distorção grave a medida ignora que muitas irregularidades são fruto de entraves administrativos, como a demora excessiva na emissão de autorizações ambientais (ASV), e não de ações intencionais. A proibição de TACs impede a regularização produtiva legítima, bloqueia oportunidades de recuperação ambiental e compromete a segurança jurídica do produtor rural. Além disso, inserir tal matéria numa lei que trata do fundo de enfrentamento ao uso do fogo e inadequado e forçado, ampliando artificialmente restrições ambientais em áreas que poderiam ser regularizadas de forma responsável. Outro ponto preocupante está no art. 6º, ao caracterizar o fundo de que trata o projeto como de "natureza privada". Deixar a administração de recursos públicos sob natureza privada enfraquece os mecanismos de transparência, fiscalização e controle social previstos constitucionalmente. A gestão de fundos com recursos públicos deve ser pública ou, no mínimo, submetida a regras claras de licitação e prestação de contas, garantindo a fiscalização pelos órgãos de controle e pelo Legislativo. A natureza privada, sem garantias adequadas, pode criar riscos de gestão pouco transparente e dificultar a execução de políticas públicas eficazes, afetando a confiança institucional e o acesso a recursos pelo setor agropecuário. Adicionalmente, o art. 11, inciso I, que permite a entidade administradora do fundo realizar contratações sem necessidade de licitação, também precisa ser suprimido. A dispensa irrestrita de processos licitatórios compromete princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, expondo o fundo a riscos de má gestão e favorecimento, o que seria particularmente grave se tratando de recursos destinados ao enfrentamento de emergências ambientais.**

Por essas razões, **reafirmamos nossa posição contrária com ressalvas ao parecer apresentado, apoiando os destaques nº 3, 4 e 5.** Entendemos que essas alterações são fundamentais para garantir um equilíbrio entre a proteção ambiental e o fortalecimento da produção agropecuária nacional, sem comprometer a segurança jurídica, a transparência e o desenvolvimento sustentável.

ORIENTAÇÃO FPA

EM ANÁLISE []

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: 6

CD PL 347/2003 - (URGENTE)

Autor(a): CPITRAFI

Altera a Lei nº 9.505, de 12 de fevereiro de 1998.

Despachos: CDC -> CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Fred Costa (PRD/MG)

ORIENTAÇÃO FPA

CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI []

AGUARDANDO PARECER DE PLENÁRIO []

ARGUMENTAÇÃO

Junto a esse projeto tem um bloco com mais de 40 projetos de lei apenados, todos direcionados na Lei de Crimes Ambientais, em especial, aos crimes contra a fauna silvestre.

As proposições visam, em sua maioria, aumentar penas, criar novos tipos penais específicos e estabelecer regras rígidas para a destinação de animais apreendidos em situações de tráfico ou maus-tratos.

Posto isso, **ficamos no aguardo da publicação do parecer de plenário**, para fazer uma análise ponderada, apesar de não ser necessário o combate ao tráfico de fauna e proteção da biodiversidade, é preciso atenção redobrada quanto a eventuais excessos e possíveis inseguranças jurídicas.

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: 7

CD PL 6969/2013 - (URGENTE)

Autor(a): Sarmey Filho (PV/MA)

Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

Despachos: CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Tullio Gadilha (REDE/PE)

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR []

ARGUMENTAÇÃO

Favorável na forma que se apresenta o **Parecer Preliminar de Plenário nº 9.**

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: 9

CD PL 36/2021 - (URGENTE)

Autor(a): Zé Vitor (PL/MG)

Altera a Lei nº 12.551, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a vegetação nativa e dá outras providências, para aumentar o prazo que os pequenos agricultores possuem para se inscrever no CAR e fazê-los jus aos benefícios do PRA.

Despachos: CAPADR -> CMADS -> CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Caroline de Toni (PL/SC)

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI []

AGUARDANDO PARECER DE PLENÁRIO []

ARGUMENTAÇÃO

Segundo o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), o prazo para aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) está estabelecido no §2º do art. 59, que diz:

“A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, que deve ser requerida em até 2 (dois) anos após o cadastro, observado o disposto no §4º do art. 20.”

• A Lei diz que o produtor tem 2 anos para aderir ao PRA (o programa que ajuda a regularizar áreas desmatadas antes de 2008). Mas a lei não diz exatamente quando esse prazo começa a contar.

• O problema é que, em muitos casos, os órgãos ambientais ainda não analisaram o CAR de vários produtores. E sem essa análise, o produtor nem sabe se precisa se regularizar.

• Mesmo assim, o prazo de 2 anos pode estar correndo e quando a análise finalmente for feita, o tempo pode já ter acabado e o produtor perde o direito de entrar no PRA e fazer jus aos benefícios.

• O que o projeto busca, é corrigir isso, dizendo que o prazo de 2 anos só começa a contar depois que a autoridade ambiental disser que a propriedade tem um passivo ambiental, e não simplesmente na data em que o produtor fez o CAR.

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: 15

CD PL 3899/2012 - (URGENTE)

Autor(a): Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Despachos: CCJC -> CDE -> CFT -> CMADS -> CCS -> PLEN

Atual Relator(a): Luciano Vieira (REPUBLICANOS/RJ)

ORIENTAÇÃO FPA

CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI []

AGUARDANDO PARECER DE PLENÁRIO []

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: 18

CD PL 9263/2012 - (URGENTE)

Autor(a): Patrus Ananias (PL/MG)

Institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências.

Despachos: CAPADR -> CCJC -> CFT -> PLEN

Atual Relator(a): Zé Silva (SD/MG)

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DE PLENÁRIO Nº5 []

ARGUMENTAÇÃO

Essa iniciativa busca assegurar a continuidade da agricultura familiar, fortalecendo a juventude rural e garantindo a permanência dos jovens no campo. Ela proporciona instrumentos que possam atrair o público alvo, como o acesso à terra, crédito, educação e capacitação, criando condições para que os jovens possam assumir a gestão das propriedades e conduzir a sucessão rural.

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.



RESULTADO DA AGENDA DA CÂMARA - 28 DE ABRIL À 30 DE ABRIL

29/04/2025 - terça-feira

10.37 **CBE - Comissão de Desenvolvimento Urbano**
Resultado
Local: Anexo II, Plenário 14 **Status:** Encerrada (Final)
Objetivo
 Discutir e votar de propostas legislativas.
Proposições em pauta
Ordem:
CS 20.140/2024 - ORDINÁRIA
Assunto: Marco Legal (PL 808)
 Instituto a Política Nacional de Reconstrução do Uso e do Comércio de Derivados de Água.
Relatores: CMOB -> CMC -> CCE
Asses Relatores: Carlos Roberto de Figueira
Relatores
 Professor de Direito, Dep. Tarcísio Maranhão (PP-PA), pela aprovação.
ORIENTAÇÃO FFA
ACOMPANHAR:
Resultado:
 Retirado de pauta, de ofício, a pedido do Relator.

10.44 **CBE - Comissão de Desenvolvimento Tecnológico**
Resultado
Local: Anexo II, Plenário 05 **Status:** Encerrada (Final)
Objetivo
 Discutir e votar de propostas legislativas.
Proposições em pauta
Ordem:
CS 20.140/2024 - ORDINÁRIA
Assunto: Marco Legal (PL 808)
 Altera a Lei nº 13.036, de 20 de março de 2018, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PROMOP).
Relatores: CMOB -> CMC -> CCE
Asses Relatores: Carlos Roberto de Figueira
Relatores
 Professor de Direito, Dep. Daniel Almeida (PC do B), pela rejeição deste e da Substituição adotada pelo Conselho de Trabalho, de Administração e Serviços Públicos.
ORIENTAÇÃO FFA
ACOMPANHAR:
Resultado:
 Retirado de pauta, de ofício, em razão de ausência do Relator.

11.21 **CME - Comissão de Minas e Energia**
Resultado
Local: Anexo II, Plenário 14 **Status:** Encerrada (Final)
Objetivo
 Discutir e votar de propostas legislativas.
Proposições em pauta
Ordem:
CS 20.140/2024 - CBE - INVERSÃO
Assunto: Dúvida Forte (ENLADOC)
 Solicita a criação de Comissão Parlamentar de Inquirição para apurar a responsabilidade por danos ambientais em áreas de proteção ambiental, em especial, no âmbito do Projeto de Lei nº 1.436/2023.
Relatores:
 Não há relator, em razão do encerramento da Baseada.
Ordem:
CS 20.140/2024 - ORDINÁRIA
Assunto: Novo Texto (PFOB)
 Institui o Sistema Nacional de Defesa do Rio, cria o Sistema Nacional de Rio de Proteção Permanente e dá outras providências.
Relatores: CMOB -> CMAEB -> CPT -> CCE -> PLEN
Asses Relatores: Joaquim Francisco (PL-PA)
Relatores
 Professor de Direito, Dep. Joaquim Francisco (PL-PA), pela rejeição.
ORIENTAÇÃO FFA
EXAMINAR OS PARÊRES DO RELATOR:
ARGUMENTAÇÃO
 O projeto trata de matéria que versa sobre o trabalho de rio, bem como sobre áreas protegidas, portanto, não se trata de matéria de natureza jurídica, pois que "trazem breves e vãs razões", salvo para as atividades habituais de trabalho legislativo.
 Não há, em suma, a necessidade de criação de comissão parlamentar de inquirição, por não se tratar de matéria que deve proporcionar completamente informado pelo seu Relator. De fato, o artigo 4º do art. 57 da CF, trata de "casos de dúvida", bem como, para os projetos de lei, artigo 67.
 No entanto, em uma posição extrema, o P.º nº 2.412/2024 poderá ter o poder de impedir a sua aprovação de uma matéria e uma matéria, de forma permanente, em caráter de comissão de Rio de Proteção Permanente, em nome de alguma providência.
 Ora, se não é possível um empreendimento regular de forma desproporcional e impositiva se tratando de áreas protegidas, também não é possível a criação de uma comissão de qualquer atividade, em detrimento do povo.
Resultado:
 Não há relator, em razão do encerramento da Baseada.
Ordem:
CS 20.140/2024 - ORDINÁRIA
Assunto: Novo Texto (PFOB)
 Institui o Sistema Nacional de Defesa do Rio, cria o Sistema Nacional de Rio de Proteção Permanente e dá outras providências.
Relatores: CMOB -> CMAEB -> CPT -> CCE -> PLEN
Asses Relatores: Carlos Christóvão (PL-BO)
Relatores
 Professor de Direito, Dep. Carlos Christóvão (PL-BO), pela aprovação.
ORIENTAÇÃO FFA
EXAMINAR OS PARÊRES DO RELATOR:
ARGUMENTAÇÃO
 Se a proposta não contém nenhuma proposta por causa de falhas de fundamentação de natureza jurídica, também não há, em nome de alguma providência, em nome de alguma providência pelo projeto Brasileiro sobre.
Resultado:
 Não há relator, em razão do encerramento da Baseada.

11.45 **CDC - Comissão de Defesa do Consumidor**
Resultado
Local: Anexo II, Plenário 08 **Status:** Encerrada (Final)
Objetivo
 Discutir de propostas e deliberação de propostas legislativas.
Proposições em pauta



RESULTADO DA AGENDA DA CÂMARA - 28 DE ABRIL À 30 DE ABRIL

Ordem 1
CS 1511-2021 - CMC - (SUSPENSÃO)
Artigo 1º do PL 127 - CMC - (SUSPENSÃO)
 Requer a suspensão pública compulsiva e ser realizada no Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SANEAS, em decorrência da aprovação do Plano Operacional de Saneamento Básico, a ser aprovado pelo Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SANEAS em 2024.
Resultado:
 Não sublevará.
Ordem 12
CS 1511-2021 - (PROBANDUM)
Artigo 1º do PL 127 - CMC - (PROBANDUM)
 Altera o art. 1º do PL 127 - CMC de número de 1986, com objetivo de garantir que as reduções de KCM5 sejam de 10% em relação ao ano anterior.
Deputado: CMC - CMC - PL 127 - CMC - (PROBANDUM)
Atual Relatores: Carlos Henrique Caspary (UNICASIO)
Deputado:
 Parceres do Relator, Dep. Carlos Henrique Caspary (UNICASIO), pela reprojeção.

ORIENTAÇÃO FFA ACOMPANHAR:
Resultado:
 Não sublevará.
Ordem 21
CS 1511-2021 - (PROBANDUM)
Artigo 1º do PL 127 - CMC - (PROBANDUM)
 Dispõe sobre o tempo e o modo como deve ser valor jurídico ambiental para a emissão dos direitos de participação, devendo ser considerado para fins de aplicação integral dos dias em consideração.
Deputado: CMC - CMC - (PROBANDUM)
Atual Relatores: Vitorino Carvalho (REPUBLICOS)
Deputado:
 Parceres do Relator, Dep. Vitorino Carvalho (REPUBLICOS), pela aprovação desta, com substituição.

ORIENTAÇÃO FFA ACOMPANHAR:
Resultado:
 Não sublevará.
Ordem 28
CS 1511-2021 - (PROBANDUM)
Artigo 1º do PL 127 - CMC - (PROBANDUM)
 Dispõe sobre o prazo de validade das licenças ambientais, a ser estabelecido em função do tipo de atividade a ser licenciada, e sobre a possibilidade de renovação das licenças ambientais.
Deputado: CMC - CMC - (PROBANDUM)
Atual Relatores: Vitorino Carvalho (REPUBLICOS)
Deputado:
 Parceres do Relator, Dep. Vitorino Carvalho (REPUBLICOS), pela aprovação desta, com substituição.

ORIENTAÇÃO FFA ACOMPANHAR:
Resultado:
 Não sublevará.
Ordem 38
CS 1511-2021 - (PROBANDUM)
Artigo 1º do PL 127 - CMC - (PROBANDUM)
 Dispõe sobre o prazo de validade das licenças ambientais, a ser estabelecido em função do tipo de atividade a ser licenciada, e sobre a possibilidade de renovação das licenças ambientais.
Deputado: CMC - CMC - (PROBANDUM)
Atual Relatores: Vitorino Carvalho (REPUBLICOS)
Deputado:
 Parceres do Relator, Dep. Vitorino Carvalho (REPUBLICOS), pela aprovação desta, com substituição.

ORIENTAÇÃO FFA ACOMPANHAR:
Resultado:
 Não sublevará.
Ordem 39
CS 1511-2021 - (PROBANDUM)
Artigo 1º do PL 127 - CMC - (PROBANDUM)
 Dispõe sobre o prazo de validade das licenças ambientais, a ser estabelecido em função do tipo de atividade a ser licenciada, e sobre a possibilidade de renovação das licenças ambientais.
Deputado: CMC - CMC - (PROBANDUM)
Atual Relatores: Vitorino Carvalho (REPUBLICOS)
Deputado:
 Parceres do Relator, Dep. Vitorino Carvalho (REPUBLICOS), pela aprovação desta, com substituição.

ORIENTAÇÃO FFA ACOMPANHAR:
Resultado:
 Não sublevará.
Ordem 40
CS 1511-2021 - (PROBANDUM)
Artigo 1º do PL 127 - CMC - (PROBANDUM)
 Dispõe sobre o prazo de validade das licenças ambientais, a ser estabelecido em função do tipo de atividade a ser licenciada, e sobre a possibilidade de renovação das licenças ambientais.
Deputado: CMC - CMC - (PROBANDUM)
Atual Relatores: Vitorino Carvalho (REPUBLICOS)
Deputado:
 Parceres do Relator, Dep. Vitorino Carvalho (REPUBLICOS), pela aprovação desta, com substituição.

ORIENTAÇÃO FFA ACOMPANHAR:
Resultado:
 Não sublevará.
Ordem 41
CS 1511-2021 - (PROBANDUM)
Artigo 1º do PL 127 - CMC - (PROBANDUM)
 Dispõe sobre o prazo de validade das licenças ambientais, a ser estabelecido em função do tipo de atividade a ser licenciada, e sobre a possibilidade de renovação das licenças ambientais.
Deputado: CMC - CMC - (PROBANDUM)
Atual Relatores: Vitorino Carvalho (REPUBLICOS)
Deputado:
 Parceres do Relator, Dep. Vitorino Carvalho (REPUBLICOS), pela aprovação desta, com substituição.

ORIENTAÇÃO FFA ACOMPANHAR:
Resultado:
 Não sublevará.
Ordem 42
CS 1511-2021 - (PROBANDUM)
Artigo 1º do PL 127 - CMC - (PROBANDUM)
 Dispõe sobre o prazo de validade das licenças ambientais, a ser estabelecido em função do tipo de atividade a ser licenciada, e sobre a possibilidade de renovação das licenças ambientais.
Deputado: CMC - CMC - (PROBANDUM)
Atual Relatores: Vitorino Carvalho (REPUBLICOS)
Deputado:
 Parceres do Relator, Dep. Vitorino Carvalho (REPUBLICOS), pela aprovação desta, com substituição.

ORIENTAÇÃO FFA ACOMPANHAR:
Resultado:
 Não sublevará.
Ordem 43
CS 1511-2021 - (PROBANDUM)
Artigo 1º do PL 127 - CMC - (PROBANDUM)
 Dispõe sobre o prazo de validade das licenças ambientais, a ser estabelecido em função do tipo de atividade a ser licenciada, e sobre a possibilidade de renovação das licenças ambientais.
Deputado: CMC - CMC - (PROBANDUM)
Atual Relatores: Vitorino Carvalho (REPUBLICOS)
Deputado:
 Parceres do Relator, Dep. Vitorino Carvalho (REPUBLICOS), pela aprovação desta, com substituição.

ORIENTAÇÃO FFA ACOMPANHAR:
Resultado:
 Não sublevará.
Ordem 44
CS 1511-2021 - (PROBANDUM)
Artigo 1º do PL 127 - CMC - (PROBANDUM)
 Dispõe sobre o prazo de validade das licenças ambientais, a ser estabelecido em função do tipo de atividade a ser licenciada, e sobre a possibilidade de renovação das licenças ambientais.
Deputado: CMC - CMC - (PROBANDUM)
Atual Relatores: Vitorino Carvalho (REPUBLICOS)
Deputado:
 Parceres do Relator, Dep. Vitorino Carvalho (REPUBLICOS), pela aprovação desta, com substituição.

ORIENTAÇÃO FFA ACOMPANHAR:
Resultado:
 Não sublevará.
Ordem 45
CS 1511-2021 - (PROBANDUM)
Artigo 1º do PL 127 - CMC - (PROBANDUM)
 Dispõe sobre o prazo de validade das licenças ambientais, a ser estabelecido em função do tipo de atividade a ser licenciada, e sobre a possibilidade de renovação das licenças ambientais.
Deputado: CMC - CMC - (PROBANDUM)
Atual Relatores: Vitorino Carvalho (REPUBLICOS)
Deputado:
 Parceres do Relator, Dep. Vitorino Carvalho (REPUBLICOS), pela aprovação desta, com substituição.



RESULTADO DA AGENDA DA CÂMARA - 28 DE ABRIL À 30 DE ABRIL

Ordem 1
CF 1610-2010 (CIVIL) - (GOVERNO)
Assunto: Novo Código (FCO)
Requer a redação do Anteprojeto de Lei Pública proposta entre esta Comissão e a Comissão de Finanças e Tributação para debater o Projeto de Lei nº 120/2014 e a importância de um Pacto pelo Restabelecimento da Natureza e do Espaço do Brasil.
Resultado:
Não Afirmado.

Ordem 2
CF 1610-2010 (CIVIL) - (GOVERNO)
Assunto: Novo Código (FCO)
Requer a redação do Anteprojeto de Lei Pública proposta entre esta Comissão e a Comissão de Finanças e Tributação para debater o Projeto de Lei nº 120/2014 e a importância de um Pacto pelo Restabelecimento da Natureza e do Espaço do Brasil.
Resultado:
Não Afirmado.

Ordem 3
CF 1610-2010 (CIVIL) - (GOVERNO)
Assunto: Novo Código (FCO)
Requer a redação do Anteprojeto de Lei Pública proposta entre esta Comissão e a Comissão de Finanças e Tributação para debater o Projeto de Lei nº 120/2014 e a importância de um Pacto pelo Restabelecimento da Natureza e do Espaço do Brasil.
Resultado:
Não Afirmado.

Ordem 4
CF 1610-2010 (CIVIL) - (GOVERNO)
Assunto: Novo Código (FCO)
Requer a redação do Anteprojeto de Lei Pública proposta entre esta Comissão e a Comissão de Finanças e Tributação para debater o Projeto de Lei nº 120/2014 e a importância de um Pacto pelo Restabelecimento da Natureza e do Espaço do Brasil.
Resultado:
Não Afirmado.

Ordem 5
CF 1610-2010 (CIVIL) - (GOVERNO)
Assunto: Novo Código (FCO)
Requer a redação do Anteprojeto de Lei Pública proposta entre esta Comissão e a Comissão de Finanças e Tributação para debater o Projeto de Lei nº 120/2014 e a importância de um Pacto pelo Restabelecimento da Natureza e do Espaço do Brasil.
Resultado:
Não Afirmado.

Ordem 6
CF 1610-2010 (CIVIL) - (GOVERNO)
Assunto: Novo Código (FCO)
Requer a redação do Anteprojeto de Lei Pública proposta entre esta Comissão e a Comissão de Finanças e Tributação para debater o Projeto de Lei nº 120/2014 e a importância de um Pacto pelo Restabelecimento da Natureza e do Espaço do Brasil.
Resultado:
Não Afirmado.

Ordem 7
CF 1610-2010 (CIVIL) - (GOVERNO)
Assunto: Novo Código (FCO)
Requer a redação do Anteprojeto de Lei Pública proposta entre esta Comissão e a Comissão de Finanças e Tributação para debater o Projeto de Lei nº 120/2014 e a importância de um Pacto pelo Restabelecimento da Natureza e do Espaço do Brasil.
Resultado:
Não Afirmado.

Ordem 8
CF 1610-2010 (CIVIL) - (GOVERNO)
Assunto: Novo Código (FCO)
Requer a redação do Anteprojeto de Lei Pública proposta entre esta Comissão e a Comissão de Finanças e Tributação para debater o Projeto de Lei nº 120/2014 e a importância de um Pacto pelo Restabelecimento da Natureza e do Espaço do Brasil.
Resultado:
Não Afirmado.

Ordem 9
CF 1610-2010 (CIVIL) - (GOVERNO)
Assunto: Novo Código (FCO)
Requer a redação do Anteprojeto de Lei Pública proposta entre esta Comissão e a Comissão de Finanças e Tributação para debater o Projeto de Lei nº 120/2014 e a importância de um Pacto pelo Restabelecimento da Natureza e do Espaço do Brasil.
Resultado:
Não Afirmado.

Ordem 10
CF 1610-2010 (CIVIL) - (GOVERNO)
Assunto: Novo Código (FCO)
Requer a redação do Anteprojeto de Lei Pública proposta entre esta Comissão e a Comissão de Finanças e Tributação para debater o Projeto de Lei nº 120/2014 e a importância de um Pacto pelo Restabelecimento da Natureza e do Espaço do Brasil.
Resultado:
Não Afirmado.



RESULTADO DA AGENDA DA CÂMARA - 28 DE ABRIL À 30 DE ABRIL

15:29 CCOM - Comissão de Comunicação

Reunião Deliberativa

Local Anexo II, Plenário 04 **Status** Encerrada (Termo)

Objetivo Discussão e votação de propostas legislativas

Proposições em pauta

Ordem: 4

CD PL 48/2019 - (PROJORNAMENTAÇÃO)

Autor(a) André Figueiredo (PDT/CE)

Altera o art. 1º do Decreto nº 1.464 de 14 de maio de 2009, para vedar a limitação de despesas e autorizações de despesas das empresas públicas e do desenvolvimento tecnológico das telecomunicações e conteúdos por meio criado por lei de iniciativa do Poder Executivo Federal.

Despachos: CCOM -> CFT -> CCJ -> PLEN

Atual Relator(a): David Soares (ENL/GO)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. David Soares (ENL/GO), pela aprovação, com Substituição.

ORIENTAÇÃO FPA

ANÁLISE DO PARECER DO RELATOR:

ABREVIATURAS

Ano de redação e encaminhamento (disponível de texto) da matéria e Pauta (Pauta) para o desenvolvimento tecnológico das Telecomunicações e o Pauta (Pauta) de Telecomunicações dos Serviços de Telecomunicações, e projeto paralelo que os recursos destinados à inovação e desenvolvimento tecnológico no setor de telecomunicações sejam eficientemente utilizados, promovendo maior competitividade de projetos inovadores e de longo prazo.

Ano de redação em até 20% em dos recursos de Pauta para operações retribuídas e estabelecidas regras claras para seu recolhimento, e projeto paralelo para maior eficiência, transparência e respeito ao usuário.

Atenção: a proposta contém uma emenda de desenvolvimento regional para regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e proposta paralela que os recursos destinados regionalmente sejam repatriados, sendo encaminhado e devolvido **semelhantemente** ao projeto paralelo.

Resultado:

Não deliberado, por acordo, em razão da ausência de maioria.

Ordem: 14

CD PL 48/2019 - (PROJORNAMENTAÇÃO)

Autor(a) Gilson Martins (PDT/DF)

Altera o art. 1º do Decreto nº 1.464 de 14 de maio de 2009, para vedar a limitação de despesas e autorizações de despesas das empresas públicas e do desenvolvimento tecnológico das telecomunicações e conteúdos por meio criado por lei de iniciativa do Poder Executivo Federal.

Despachos: CCOM -> CCJ -> CFT -> PLEN

Atual Relator(a): Gilson Martins (PDT/DF)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Gilson Martins (PDT/DF), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA

ANÁLISE DO PARECER DO RELATOR:

ABREVIATURAS

Propõe que normas importantes, tratados internacionais e decisões sobre direitos apropriados sejam aprovadas, aprovadas e implementadas em uma estrutura de governo, visando melhorar a regulamentação, eficiência e responsabilidade da administração pública, nos pontos que os resultados e subsídios em seus respectivos textos sejam mais fáceis e organizados em informações regulatórias.

De acordo com o autor, há mais de "dois mil" alterações repetidas relacionadas a direitos apropriados, com leis, decretos, portarias, instruções normativas, resoluções e outros instrumentos.

Assim, é necessário que exista um local em que seja encaminhado de forma estável e organizada o encaminhamento de todas as propostas e projetos para a Câmara.

Proporcionando aos cidadãos e aos interessados em seus respectivos assuntos mais fáceis e organizados as informações regulatórias.

Resultado:

Não deliberado, por acordo, em razão do encaminhamento da matéria.

Ordem: 22

CD PL 48/2019 - (PROJORNAMENTAÇÃO)

Autor(a) Fred Costa (PRD/MG)

Altera o art. 1º do Decreto nº 1.464 de 14 de maio de 2009, para vedar a limitação de despesas e autorizações de despesas das empresas públicas e do desenvolvimento tecnológico das telecomunicações e conteúdos por meio criado por lei de iniciativa do Poder Executivo Federal.

Despachos: CCOM -> CFT -> CCJ

Atual Relator(a): David Soares (ENL/GO)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. David Soares (ENL/GO), pela aprovação desta, com Substituição.

ORIENTAÇÃO FPA

ANÁLISE DO PARECER DO RELATOR:

ABREVIATURAS

A proposta visa desenvolver o acesso à internet, promovendo a inclusão digital da população de baixa renda. Para isso, a proposta inclui incentivos e isenções em áreas carentes, sendo especialmente não haverá incentivo diretos à falta de sustentabilidade, garantindo assim que não possam ter impactos negativos a serviços de telecomunicações de qualidade, como o 3G.

Resultado:

Não deliberado, por acordo, em razão do encaminhamento da matéria.

30/04/2025 - quarta-feira

09:00 CFT - Comissão de Finanças e Tributação

[Reunião Deliberativa](#)

Local Anexo II, Plenário 04 **Status** Encerrada (Termo)

Objetivo

Discussão e votação de propostas legislativas

Proposições em pauta

Ordem: 5

CD PL 48/2019 - (ORDINARIA)

Autor(a): Fred Costa (PRD/MG)

Cria o serviço de Disque Denúncia de Maus Tratos e Abandono de Animais.

Despachos: CMADS -> CFT -> CCJC

Atual Relator(a): Marcos Tavares (PDT/RJ)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Marcos Tavares (PDT-RJ), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, com emenda.

ORIENTAÇÃO FPA
EM ANÁLISE □



RESULTADO DA AGENDA DA CÂMARA - 28 DE ABRIL À 30 DE ABRIL